

Novas Regras do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial

Alterações da Medida Provisória 665/2014

Brasília/DF - 02 e 03 de março de 2015

Objetivo

Trazer ao conhecimento dos responsáveis pelo Seguro-Desemprego no âmbito das SRTE, dos SINES e da CAIXA as novas regras de acesso ao benefício e o comportamento esperado do sistema a partir da entrada em vigor dos novos procedimentos.

Vigência das Novas Regras

As novas regras serão aplicadas aos requerimentos que tiverem demissão com data igual ou superior a 28/02/2015.

Os requerimentos anteriores a essa data, seguem as regras antigas independentemente da data de inclusão ou se é a primeira, a segunda ou a terceira solicitação.

Inovações da MP 665

1 - Impossibilidade de utilizar vínculos de requerimentos anteriores para aumentar a quantidade de parcelas.

Na antiga regra não existia essa restrição. O trabalhador poderia, ao requerer o benefício, incluir todos os vínculos dos últimos 36 meses. Mesmo que já utilizados.

Inovações da MP 665

Impossibilidade de utilizar vínculos de requerimentos anteriores para aumentar a quantidade de parcelas.

A **nova regra** veda a utilização de vínculos computados em requerimentos anteriores. Sendo assim, não será possível que eles entrem na contagem de parcelas de requerimentos posteriores.

Inovações da MP 665

Impossibilidade de utilizar vínculos de requerimentos anteriores para aumentar a quantidade de parcelas.

Exceção 1: Os vínculos utilizados em requerimentos que visam o saldo de parcelas de requerimentos anteriores poderá ser utilizado em pedidos posteriores para aumentar o quantitativo de parcelas.

Inovações da MP 665

Impossibilidade de utilizar vínculos de requerimentos anteriores para aumentar a quantidade de parcelas.

Exceção 2: Requerimento que teve todas as parcelas restituídas. Neste caso, o vínculo poderá ser utilizado para aumentar a quantidade de parcelas de benefícios posteriores.

Inovações da MP 665

2 - Os requisitos de habilitação dependerão da quantidade de requerimentos com parcela paga.

A partir da vigência das novas regras, os trabalhadores serão enquadrados nas regras de acordo com a quantidade de requerimentos já recebidos.

Requerimentos Contados como Solicitação

- Os requerimentos que abrirem período aquisitivo serão considerados como solicitação.
- Esses requerimentos terão, geralmente, parcelas pagas. **Exceção:** requerimentos do código 01 com menos de 30 dias de desemprego para um requerimento posterior 04. O requerimento 01, neste caso, será contado como efetiva solicitação.

Requerimentos NÃO contados como Solicitação

- Requerimentos que visam apenas buscar o saldo de parcelas de benefícios anteriores. Neste caso, o requerimento que abriu o período aquisitivo é que será contado.
- Requerimentos com todas as parcelas restituídas.

Requerimentos NÃO contados como Solicitação

- Requerimentos que não possuem parcelas pagas. **Exceção:** requerimentos do código 01 com menos de 30 dias de desemprego para um requerimento posterior 04. O requerimento 01, neste caso, mesmo não tendo parcelas pagas será contado como efetiva solicitação.

Alteração da MP 665 nos Critérios de Habilitação

Antigo Art. 3º, inciso I. Critérios de
Habilitação:

Ter recebido salários nos 6 meses
imediatamente anteriores à data da dispensa.

Alteração da MP 665 nos Critérios de Habilitação

Novo Art. 3º, inciso I. Critérios de Habilitação:

A MP criou tratamento diferenciado para as solicitações do benefício. Os critérios de habilitação dependerão da quantidade de requerimentos que já forma pagos.

Alteração da MP 665 nos Critérios de Habilitação

**Novo Art. 3º, inciso I. Critérios de
Habilitação:**

Alínea “a” – **1ª Solicitação**

Ter recebido salários em no mínimo 18 meses
nos últimos 24 meses imediatamente
anteriores à data da dispensa.

Alteração da MP 665 nos Critérios de Habilitação

**Novo Art. 3º, inciso I. Critérios de
Habilitação:**

Alínea “b” – **2ª Solicitação**

Ter recebido salários em no mínimo 12 meses
nos últimos 16 meses imediatamente
anteriores à data da dispensa.

Alteração da MP 665 nos Critérios de Habilitação

**Novo Art. 3º, inciso I. Critérios de
Habilitação:**

Alínea “c” – **3ª Solicitação e demais**

Ter recebido salários em cada um dos 6 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.

Resumo das Alterações no

Art. 3º da lei 7998/90:

Regra Antiga	Nova regra
Ter recebido salários em cada um dos 6 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.	1ª Solicitação: Ter recebido salários em no mínimo 18 meses nos últimos 24 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.
	2ª Solicitação: Ter recebido salários em no mínimo 12 meses nos últimos 16 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.
	3ª Solicitação: Ter recebido salários em cada um dos 6 meses imediatamente anteriores à data da dispensa.

Alteração da MP 665 na Quantidade de Parcelas

Novo Art. 4º. Quantidade de Parcelas:

As alterações propostas nesse artigo modificaram as regras da quantidade de parcelas a que o requerente terá direito. Elas tiveram impacto no **Art. 5º da Resolução CODEFAT N° 467/2005.**

Alteração da MP 665 na Quantidade de Parcelas

Novo Art. 4º. Critérios de Habilitação:

Parágrafo 2º, Inciso I – Primeira Solicitação:

Quantidade de Parcelas	Meses Trabalhados
4 Parcelas	Comprovar no mínimo 18 e no máximo 23 meses trabalhados nos últimos 36 meses.
5 Parcelas	Comprovar no mínimo 24 meses trabalhados nos últimos 36 meses.

Alteração da MP 665 na Quantidade de Parcelas

Novo Art. 4º. Critérios de Habilitação:

Parágrafo 2º, Inciso II – Segunda Solicitação:

Quantidade de Parcelas	Meses Trabalhados
4 Parcelas	Comprovar no mínimo 12 e no máximo 23 meses trabalhados nos últimos 36 meses.
5 Parcelas	Comprovar no mínimo 24 meses trabalhados nos últimos 36 meses.

Alteração da MP 665 na Quantidade de Parcelas

Novo Art. 4º. Critérios de Habilitação:

Parágrafo 2º, Inciso III – Terceira Solicitação:

Quantidade de Parcelas	Meses Trabalhados
3 Parcelas	Comprovar no mínimo 6 e no máximo 11 meses trabalhados nos últimos 36 meses.
4 Parcelas	Comprovar no mínimo 12 e no máximo 23 meses trabalhados nos últimos 36 meses.
5 Parcelas	Comprovar no mínimo 24 meses trabalhados nos últimos 36 meses.

Resolução CODEFAT		MP 665/2014		
Parcelas	Critérios	Solicitações	Parcelas	Critérios
3	No mínimo 6 e no máximo 11 meses.	1ª	4	No mínimo 18 e no máximo 23 meses.
			5	No mínimo 24 meses.
4	No mínimo 12 e no máximo 23.	2ª	4	No mínimo 12 e no máximo 23 meses.
			5	No mínimo 24 meses.
5	No mínimo 24 meses.	3ª ou mais	3	No mínimo 6 e no máximo 11 meses.
			4	No mínimo 12 e no máximo 23 meses.
			5	No mínimo 24 meses.

Pescador Artesanal

A MP também fez alterações no benefício concedido através dessa modalidade. Entretanto, citaremos apenas:

- **Data de vigência das novas regras:** 1 de abril.
- **Gestão do benefício:** Passará para o INSS.

Abono Salarial

Ocorreram modificações na quantidade mínima de dias trabalhados no ano-base e no valor pago ao trabalhador.

Mínimo de dias trabalhados: o beneficiário deverá ter no mínimo 180 dias ininterruptos de vínculo empregatício no ano-base.

Abono Salarial

Meses Trabalhados	Valor/Cálculo do benefício
6	Meio salário mínimo
7	$\frac{7}{12}$ de um salário mínimo.
8	$\frac{8}{12}$ de um salário mínimo.
9	$\frac{9}{12}$ de um salário mínimo.
10	$\frac{10}{12}$ de um salário mínimo.
11	$\frac{11}{12}$ de um salário mínimo.
12	Um salário mínimo.



Obrigado!